DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 6172/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/2113/2016
PROTOCOLO	: 1661329
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU
JURISDICIONADO	: 1 - PEDRO ARLEI CARAVINA; 2 - MARIA ANGÉLICA BENETASSO; 3 - GEOVÂNIA BISSOLI SIQUEIRA
CARGO DO JURISDICIONADO	: 1 – PREFEITO; 2 – SECRETÁRIA DE SAÚDE; 3 – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 087/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
CONTRATADA	: CAC COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA
VALOR INICIAL	: R$ 76.728,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1ª E 2ª FASES. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. REGULARIDADE E LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESENVOLVIDO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. PROSSEGUIMENTO.

O processo em epígrafe se refere à contratação pública iniciada através de procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 046/2015 (f. 81-112) e formalização do Contrato Administrativo nº 087/2015 (f. 203-210), firmado entre o **Município de Bataguassu - MS**, CNPJ/MF nº 03.576.220/0001-56, representado pelo Prefeito, Sr. Pedro Arlei Caravina, CPF/MF nº 069.753.388-33, por intermédio do **Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ/MF n° 10.836.939/0001-44, representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª. Maria Angélica Benetasso, CPF/MF nº 289.858.158-57, e do **Fundo Municipal de Assistência Social**, CNPJ/MF nº 14.761.260/0001-94, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Srª. Geovânia Bissoli Siqueira, CPF/MF nº 543.141.861-00, como contratante, e a empresa **CAC Comércio de Papéis Ltda**, CNPJ/MF n° 02.282.485/0004-21, representada pelo Sr. Carlos Adelson Cassia, CPF/MF nº 276.158.049-49, como contratada.

O objeto do presente instrumento é a aquisição de material de expediente com a finalidade de atender as secretarias do município pelo período de 12 (doze) meses, conforme detalhamento contido na cláusula primeira, no valor de R$ 76.728,00 (setenta e seis mil, setecentos e vinte e oito reais).

A unidade de instrução procedeu ao exame dos atos praticados na 1ª e 2ª fases da contratação e se manifestou pela regularidade e legalidade destas, consoante análise ANA - 2ICE - 9631/2016 (f. 246-251).

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer PAR - 2ª PRC - 5836/2017 (f. 324), opinando pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais e instruídos regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, "b", da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A análise nestas primeira e segunda fases recai sobre o procedimento licitatório e a formalização do instrumento contratual, nos termos do artigo 120, I, "a" e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 046/2015 precede à contratação e segue os ditames da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente o disposto na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, estando acompanhado da dotação orçamentária garantidora dos dispêndios, da aprovação pela assessoria jurídica, da habilitação dos licitantes, das atas e deliberações e dos atos de adjudicação e homologação do resultado.

No que tange ao instrumento de contrato, este foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para a sua execução.

Registre-se que o contrato foi firmado em 1º/7/2015 e a publicação de seu extrato ocorreu em 24/8/2015 (f. 213), em conformidade com o prazo estabelecido pelo parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93.

Ao apreciar o feito, o pelo Corpo Técnico concluiu pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização contratual, nos seguintes termos (f. 250), *in verbis*:

> **Do Procedimento Licitatório**
> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Pregão Presencial nº 046/2015** realizado pelo **Município de Bataguassu** (CNPJ nº 03.576.220/0001-56) **por intermédio do Fundo Municipal de Saúde** (CNPJ nº 10.836.939/0001-44) **e Fundo Municipal de Assistência Social** (CNPJ nº 14.761.260/0001-94), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. o inciso II e alínea "a" do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno, tendo em vista a observância dos preceitos legais que regem a matéria analisada.
>
> **Da Formalização Contratual**
> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** da formalização do **Contrato Administrativo nº 087/2015** celebrado entre o **Município de Bataguassu** (CNPJ nº 03.576.220/0001-56) **por intermédio do Fundo Municipal de Saúde** (CNPJ nº 10.836.939/0001-44) **e Fundo Municipal de Assistência Social** (CNPJ nº 14.761.260/0001-94) e a empresa **CAC Comércio de Papéis Ltda** (CNPJ nº 02.282.485/0004-21), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. o inciso II e alínea "a" do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno, tendo em vista a observância dos preceitos legais que regem a matéria analisada.

O douto Ministério Público de Contas, em seu parecer, pugna pela regularidade e legalidade da 1ª e 2ª fases, consoante o r. Parecer (f. 324), assim redigido, *in verbis*:

> Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico da 2ª Inspetoria de Controle Externo, na análise nº 9631/2016 (peça nº 21), este Ministério Público de Contas opina pela **legalidade e regularidade do procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão Presencial nº 046/2015 e pela regularidade da formalização do Contrato Administrativo nº 087/2015,** nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 120, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Desta forma, acolho o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico e pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório e a formalização do contrato administrativo se mostram adequados às normas legais vigentes.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 21, II e artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012, combinado com os artigos 9º e 10, II, artigo 120, I e II, e artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o r. parecer ministerial e **decido**:

1 – Pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 046/2015 e da formalização do Contrato Administrativo nº 087/2015, firmado entre o **Município de Bataguassu - MS**, CNPJ/MF nº 03.576.220/0001-56, representado pelo Prefeito, Sr. Pedro Arlei Caravina, CPF/MF nº 069.753.388-33, por intermédio do **Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ/MF n° 10.836.939/0001-44, representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª. Maria Angélica Benetasso, CPF/MF nº 289.858.158-57, e do **Fundo Municipal de Assistência Social**, CNPJ/MF nº 14.761.260/0001-94, representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, Srª. Geovânia Bissoli Siqueira, CPF/MF nº 543.141.861-00, como contratante, e a empresa **CAC Comércio de Papéis Ltda**, CNPJ/MF n° 02.282.485/0004-21, representada pelo Sr. Carlos Adelson Cassia, CPF/MF nº 276.158.049-49, como contratada;

2 – Pelo **retorno** destes autos à 2ª ICE para que aguarde a total execução financeira do contrato, nos termos do artigo 84, parágrafo único, II, "a" combinado com o artigo 120, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É a decisão.

Publique-se nos termos do artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande - MS, 23 de junho de 2017.

CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

Relator